

Construindo uma sociobioeconomia sustentável e equitativa na Amazônia

Guia de boas práticas para o setor privado

PARTE III

Parte da iniciativa:



The Nature
Conservancy 

 **Grupo BID**

PARTE III

Estudos de caso

Parte da iniciativa:



The Nature
Conservancy 



Grupo BID

PARTE III

Estudos de caso

<http://www.iadb.org>

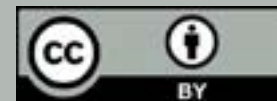
Copyright © **2026** Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esta obra está sujeita à Licença Pública Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode.pt>). Os termos e condições indicados no link da URL devem ser observados e o respectivo reconhecimento deve ser conferido ao BID.

Todas e quaisquer disputas que surgirem em relação a esta licença e que não possam ser resolvidas amigavelmente serão solucionadas de acordo com o seguinte procedimento. Mediante notificação de mediação, enviada por meios razoáveis por uma das partes à outra, a controvérsia será submetida à mediação não vinculativa, a ser conduzida em conformidade com o Regulamento de

Mediação da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Qualquer controvérsia relacionada ao uso das obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente deverá ser submetida à arbitragem em conformidade com as regras da Comissão das Nações Unidas sobre Direito Comercial Internacional (CNUDCI). O uso do nome do BID para qualquer finalidade que não seja o devido reconhecimento, bem como o uso do logotipo do BID, não estão autorizados por esta licença e exigem um acordo de licença adicional.

Note que o link da URL inclui termos e condições que constituem parte integrante desta licença.

As opiniões expressas nesta obra são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente o ponto de vista do BID, do seu Diretório Executivo, ou dos países que representa.



A photograph of two men in a lush green cacao field. The man on the left is wearing a white shirt and looking intently at a branch. The man on the right is wearing a white shirt, a dark cap, and is pointing towards the same branch. Several large, red, bumpy cacao pods are visible on the branches in the foreground and background. The scene is set in a dense, tropical environment with many green leaves.

Isenção de responsabilidade

As informações contidas nesta apresentação (*"Informações"*) são meramente conceituais. Os autores deste Guia de Boas Práticas (*os "Autores"*) fornecem essas Informações a você apenas para fins de discussão e educação. As Informações não constituem qualquer oferta ou recomendação de compra, nem solicitação de oferta de compra de qualquer título específico ou de outro produto financeiro. As Informações podem conter informações e dados financeiros baseados em expectativas e projeções atuais sobre eventos futuros e tendências financeiras. Essas informações podem não ser uma indicação precisa de eventos futuros ou desempenho futuro e estão sujeitas a riscos e incertezas. Nenhuma declaração ou garantia, expressa ou implícita, é feita quanto à precisão ou integridade das informações aqui contidas, e nada deve ser considerado como uma promessa ou declaração quanto ao desempenho futuro. Nenhum dos Autores está fornecendo qualquer conselho de investimento de acordo com este Guia de Boas Práticas, nem recomendando qualquer estratégia ou atividade de investimento.

Para obter a lista completa de autores, siglas, glossário e referências, consulte a última seção da PARTE I: Autoavaliação e princípios da sociobioeconomia.

PARTE III

Índice

6

10

14

18

22

26

30

34

38





Histórias de sucesso da sociobioeconomia na Amazônia

Introdução

Este documento é a Parte III do Guia de Boas Práticas em quatro partes para a Construção de uma Sociobioeconomia Sustentável e Equitativa na Amazônia. A Parte III dá vida à sociobioeconomia por meio de **histórias reais com resultados mensuráveis sobre sustentabilidade ambiental, bem-estar social e meios de subsistência locais**. O Resumo Executivo oferece uma visão geral do guia, enquanto a Parte I define princípios fundamentais para avaliar e implementar práticas da sociobioeconomia, e a Parte II aborda certificações da sociobioeconomia, padrões e ferramentas de implementação.

Sete estudos de caso demonstram os princípios da sociobioeconomia em ação na Amazônia — desde empresas indígenas que utilizam sistemas agroflorestais tradicionais até corporações multinacionais que incorporam a liderança comunitária em suas cadeias de suprimento, passando por investidores de impacto e organizações de apoio que oferecem financiamento inovador e fortalecem a preparação para investimentos maiores. Cada estudo de caso detalha práticas de implementação, parcerias e impactos que os tomadores de decisão podem adaptar ao seu próprio contexto.

Os casos abrangem todo o espectro de atores e escalas. Juntos, eles demonstram o potencial transformador da sociobioeconomia com caminhos comprovados para replicação e escala.

- **Vozes das comunidades** do Brasil, Colômbia, Equador e Peru compartilhando abordagens para salvaguardas, governança e acesso ao mercado.
- **As 850 famílias indígenas de Kallari** produzem chocolate por meio de práticas agroflorestais tradicionais e sem desmatamento.

- **A Natura** estabelece parcerias equitativas com comunidades para obter ingredientes inovadores e conservar mais de 2 milhões de hectares de floresta.
- **A VEJA** apoia famílias de seringueiros com contratos justos e transparentes, preservando a biodiversidade e reduzindo o desmatamento.
- **A Amazonia Impact Ventures** está concedendo empréstimos vinculados ao impacto para cadeias de valor florestais que geram impacto em 160.000 hectares sob gestão aprimorada.
- **A Partnerships for Forests** utiliza fundos públicos para apoiar parcerias florestais de alto impacto e prontas para investimento.
- **A Conexsus** fortalece o acesso ao crédito e o desenvolvimento de negócios para empresas sustentáveis que administram 33,6 milhões de hectares.

Os estudos de caso aqui apresentados têm fins meramente ilustrativos e educacionais. Os autores deste Guia de Boas Práticas não receberam qualquer compensação pela sua inclusão no mesmo. Estes estudos de caso baseiam-se em informações fornecidas pelas empresas e programas relevantes, e tais informações podem estar incompletas, imprecisas ou, de outra forma, errôneas. Os autores deste Guia de Boas Práticas ou seus afiliados podem fornecer financiamento às partes aqui descritas. Os autores deste Guia de Boas Práticas não recomendam, oferecem nem incentivam o investimento em nenhuma das partes descritas nestes estudos de caso, nem a colaboração com elas.



Compreendendo os Sete Princípios da Sociobioeconomia

Cada estudo de caso é organizado em torno de sete princípios da sociobioeconomia que definem práticas responsáveis na Amazônia. Esses princípios surgiram de uma análise de estruturas internacionais, de orientações regionais e de ampla validação do mercado e da comunidade. Embora a Parte I deste guia explore esses princípios em profundidade com boas práticas e ferramentas de avaliação, compreender seu foco principal é essencial para interpretar os casos.

1 Avaliar os riscos e integrar salvaguardas ambientais e sociais sólidas: triagem sistemática de riscos ambientais, sociais, de gênero e de direitos humanos; implementação de sistemas de gestão proporcionais ao risco; estabelecimento de mecanismos de reclamação culturalmente adequados.

2 Respeitar os Povos Indígenas, Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais e locais: envolvimento precoce da comunidade, incluindo o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) quando terras, conhecimentos, recursos ou locais sagrados indígenas são afetados; avaliação da posse da terra e do acesso aos recursos; proteção do patrimônio cultural e do conhecimento tradicional.

3 Estabelecer condições de trabalho justas, seguras e legais (*trabalhadores diretos*): contratos de trabalho claros e remuneração justa; prevenção do trabalho infantil e forçado; defesa da segurança dos jovens.

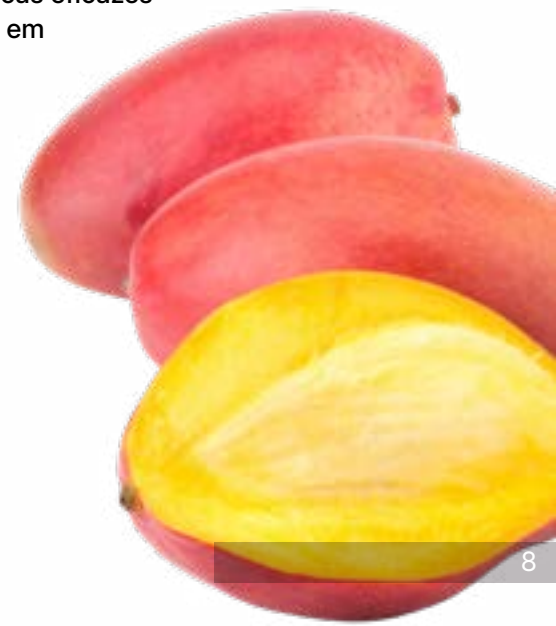
4 Construir cadeias de valor éticas, rastreáveis e transparentes: rastreabilidade e transparência da cadeia de abastecimento; acordos equitativos de partilha de benefícios com preços justos; governação transparente e responsabilização.

5 Proteger e restaurar a natureza, o clima e a biodiversidade: florestas em pé, ecossistemas de água doce e biodiversidade; uso sustentável da água; gestão da poluição, dos recursos e das emissões de gases de efeito estufa; resiliência e adaptação aos riscos climáticos.

6 Demonstrar impacto e prestar contas: sistemas abrangentes de monitoramento e acompanhamento de desempenho; gestão adaptativa e estruturas de aprendizagem; comunicação transparente e culturalmente adequada dos resultados de desempenho.

7 Fortalecer capacidades e redes: fortalecimento das capacidades locais e comunitárias; participação em redes multisetoriais que conectam atores do mercado, organizações comunitárias, ONGs e órgãos governamentais.

A ideia principal: iniciativas sociobioeconômicas eficazes abordam esses princípios de forma holística, em vez de isoladamente. Os casos demonstram como esses princípios se interconectam na prática: salvaguardas robustas permitem parcerias comunitárias autênticas que fortalecem a integridade da cadeia de valor, apoiam a proteção da natureza, geram um impacto responsável e fortalecem as capacidades e redes que reforçam todo o sistema. Essa abordagem integrada distingue a sociobioeconomia dos modelos extrativistas convencionais.



Como usar esta seção

Investidores, empresas, comunidades e organizações de apoio podem usar esses casos para encontrar exemplos comprovados para replicar, adaptar e dimensionar em seus próprios contextos. Os elementos específicos que ressoam variam conforme a função e a necessidade, mas cada caso oferece *insights* transferíveis em várias dimensões.

Consulte esses casos para obter exemplos concretos de abordagens de implementação do CLPI, estruturas de acordos de repartição de benefícios, projetos de sistemas de rastreabilidade, mecanismos de transparência de preços, estruturas de salvaguardas, métodos de monitoramento e verificação, modelos de fortalecimento de capacidades, estruturas de parceria e inovações de financiamento.

Conexões com outras seções do guia: Esses estudos de caso operacionalizam os princípios e práticas detalhados na **Parte I**. Ferramentas e modelos para ajudar os profissionais a implementar essas abordagens estão catalogados na seção da **Parte II**.

A **Ferramentas e recursos prontos para uso.** Várias das certificações mencionadas nos estudos de caso são analisadas em profundidade — incluindo seus principais pontos fortes e limitações — **na Parte II: Visão geral das certificações e padrões-chave**. O alinhamento entre as boas práticas de sociobioeconomia e os requisitos do BID Invest, da IFC e do Banco Mundial é explicitamente mapeado na **Parte II: Padrões, orientações e certificações reconhecidas internacionalmente**.

B **Para os leitores que utilizam esta seção como recurso independente,** os profissionais podem compreender e aplicar esses casos sem acessar outras seções do guia. Cada caso fornece contexto sobre os princípios, as práticas e os resultados relevantes. No entanto, aqueles que desejam saber como implementar essas abordagens, procuram ferramentas específicas ou se perguntam como essas práticas se alinham aos requisitos das normas internacionais, podem encontrar essas respostas nas Partes I e II do guia completo.

C **As evidências são claras: a sociobioeconomia pode ter sucesso em grande escala.** Esses casos fornecem os pontos de prova, os modelos de implementação e as lições aprendidas para acelerar essa expansão.



As vozes da comunidade moldam o desenvolvimento da **sociobioeconomia** em toda a Amazônia

Resumo

Para garantir que este Guia de Boas Práticas reflita adequadamente as prioridades e experiências da comunidade, The Nature Conservancy (TNC) realizou *workshops* participativos com Povos Indígenas, Afrodescendentes, Comunidades Tradicionais e locais no Brasil, Colômbia, Equador e Peru. Esses *workshops* reuniram contribuições diretas das comunidades ribeirinhas e da floresta sobre princípios de sociobioeconomia, parcerias, acesso ao mercado e oportunidades de financiamento, reconhecendo que as comunidades não são apenas beneficiárias, mas arquitetas ativas de soluções de desenvolvimento sustentável enraizadas em gerações de conhecimento tradicional e manejo florestal.

Os *workshops* revelaram abordagens comunitárias sofisticadas para a gestão ambiental, o desenvolvimento de negócios e a gestão de parcerias que muitas vezes excedem os padrões formais, mantendo a integridade cultural e a autonomia territorial. Os membros da comunidade compartilharam experiências que vão desde estratégias de certificação e negociações de preços justos até a proteção do conhecimento tradicional e a governança inclusiva — ilustrando como a expertise local impulsiona resultados eficazes na conservação e nos meios de subsistência. Essas vozes da comunidade apresentam soluções inovadoras, práticas de gestão adaptativa e modelos de sucesso que podem informar um desenvolvimento sociobioeconômico mais amplo, demonstrando como as comunidades da Amazônia estão liderando abordagens que equilibram oportunidades econômicas, proteção ambiental e equidade social.

Princípios da sociobioeconomia da Amazônia em ação

Avaliar os riscos e integrar salvaguardas ambientais e sociais sólidas

As comunidades desenvolveram sistemas sofisticados de salvaguardas que muitas vezes excedem os requisitos externos. No **Peru**, uma avaliação dos impactos no ecossistema e na saúde levou as famílias produtoras de cacau e café na bacia do rio Huallaga a fazer a transição de fertilizantes químicos e pesticidas para alternativas naturais, demonstrando uma gestão adaptativa que conecta as salvaguardas ambientais ao acesso ao mercado. No **Equador**, as comunidades estabeleceram salvaguardas de gênero que exigem preços justos que reconheçam todas as contribuições das mulheres, incluindo as responsabilidades domésticas, além do trabalho de produção. A associação de mulheres cafeicultoras paga salários diários mais prêmios para refletir os papéis abrangentes das mulheres, mostrando como as comunidades projetam estruturas econômicas inclusivas que abordam de maneira proativa a equidade de gênero.

Respeitar os Povos Indígenas, Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais e locais

As comunidades em toda a região demonstram o poder transformador dos processos de consentimento genuíno. A **nacionalidade Shuar** da província de **Pastaza, no Equador**, implementou um processo abrangente de Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) conduzido por líderes indígenas, conhecidos como curacas, com participação real da comunidade em assembleias, validação do orçamento e compartilhamento de informações em línguas nativas. Como explicou um membro: *“este CLPI não apenas protegeu nossos direitos, mas também fortaleceu nossa estrutura organizacional e garantiu que o projeto atendesse às nossas necessidades reais”*. No **município de Portel, no Brasil**, a titulação de terras criou oportunidades de investimento e assistência técnica, com os líderes observando: *“as portas só se abriram após a titulação”*, pois o reconhecimento legal tornou as comunidades parceiras viáveis.

Estabelecer condições de trabalho justas, seguras e legais (trabalhadores diretos)

As comunidades desenvolveram estruturas diferenciadas que distinguem entre práticas de trabalho infantil e a transmissão de conhecimento tradicional, garantindo, ao mesmo tempo, a conformidade legal. No **município de Tapauá, no estado brasileiro do Amazonas**, as comunidades pesqueiras criaram códigos que permitem que adolescentes com 14 anos ou mais trabalhem, com o consentimento formal dos pais, sob supervisão de adultos e com frequência escolar garantida. Um líder explicou: *“É importante entender que o envolvimento dos jovens nas atividades da comunidade nos ajuda a preservar nosso conhecimento...Essas regras são nossa maneira de conciliar a lei e a realidade da vida ribeirinha”*. Da mesma forma, comunidades produtoras de açaí com certificação FSC no **estado do Amapá, no Brasil**, desenvolveram procedimentos que permitem que os jovens trabalhem em unidades familiares sob estruturas tradicionais de aprendizagem. Um membro observa: *“o certificador aceitou que, nessas condições, o trabalho dos jovens é ‘educação prática comunitária’, não exploração”*. Essas abordagens equilibram a transmissão cultural com a proteção infantil por meio de salvaguardas definidas pela comunidade.



Construir cadeias de valor éticas, rastreáveis e transparentes

As comunidades aproveitam as certificações e parcerias estrategicamente para acessar mercados premium, mantendo a integridade da produção. Uma cooperativa de açaí **no estado brasileiro do Amapá** combinou as certificações FSC de manejo florestal, cadeia de custódia, serviços ecossistêmicos e orgânica para vender açaí liofilizado a compradores dos EUA e gerar receitas mais altas, provando que a responsabilidade social e ambiental cria valor de mercado. As cooperativas de extração de borracha, parte da **Cooperacre**, desenvolveram uma rastreabilidade abrangente com a empresa de calçados VEJA, criando Protocolos e Comitês de Borracha que documentam produtos de áreas livres de desmatamento ilegal e trabalho forçado, com monitoramento contínuo. As comunidades da **Selva Central do Peru** agora exigem uma contabilidade de custos abrangente nos contratos, garantindo que o transporte de locais remotos seja reconhecido nos preços. **As comunidades colombianas** que fornecem frutas amazônicas negociam condições de pagamento que correspondem às realidades locais, com alguns compradores reduzindo as condições de pagamento para 15 dias para os produtores de áreas pós-conflito.

Proteger e restaurar a natureza, o clima e a biodiversidade

As comunidades demonstram uma gestão sofisticada do ecossistema, integrando o conhecimento tradicional aos resultados da conservação. Na **Colômbia, a Associação de Mulheres Empreendedoras Ayacuná** descobriu que a manutenção dos ecossistemas naturais melhorava a produtividade: *“quando removemos as epífitas (plantas superficiais), as plantas produziram menos rendimento, enquanto as que estavam em seu ambiente natural foram excelentes. Não devemos transformar produtos florestais não madeireiros em monoculturas”*. A organização **de turismo Mandi Wasi, do Equador**, formada por 25 mulheres Kichwa, implementou uma gestão abrangente de resíduos e regulamentos rigorosos para visitantes, gerando renda mensal e reinvestindo em saúde, educação e no fortalecimento da comunidade. Como elas explicam: *“onde havia pressão sobre a floresta, agora existe um modelo que*

demonstra que a conservação pode ser economicamente viável e culturalmente apropriada”.

Demonstrar impacto e prestar contas

As comunidades estão fazendo a transição do conhecimento empírico para o registro sistemático, mantendo a transparência e a confiança da comunidade. **Os agricultores colombianos da associação Asoproagro, em Guaviare**, estão adotando a coleta de dados técnicos: *“agora eles nos deram um pequeno caderno, como um calendário, onde anotamos a quantidade de cacau que colhemos a cada mês para sabermos quanto produzimos em um ano”*. Isso permite uma melhor compreensão da rentabilidade e dos custos de produção, ao mesmo tempo em que apoia a gestão adaptativa. **A organização de turismo Mandi Wasi do Equador** implementa uma responsabilidade abrangente com reuniões trimestrais nas quais *“o tesoureiro apresenta todas as despesas e todas as receitas. Mostramos faturas, recibos — tudo é registrado”*. Essa transparência fortaleceu a legitimidade da comunidade e a organização interna, ao mesmo tempo em que garantiu a distribuição equitativa dos benefícios.

Fortalecer capacidades e redes

As comunidades estão transformando a capacidade empresarial, ao mesmo tempo em que fortalecem a identidade cultural e a integridade territorial. No **Equador**, as mulheres que receberam treinamento empresarial contínuo passaram por uma profunda transformação, muitas delas se tornando presidentes ou coordenadoras de associações. Uma empreendedora compartilhou: *“antes, meu marido controlava todo o dinheiro. Agora eu administro meu próprio negócio, tomo decisões e me tornei um modelo a ser seguido na minha comunidade. Eu ensino outras mulheres e recuperei conhecimentos ancestrais que estavam quase perdidos”*. A associação de mulheres **Bosque de las Nuas Awajún, do Peru**, fez uma parceria com o **Centro de Medicina Tradicional Takiwasi** para resgatar conhecimentos tradicionais e recuperar práticas agroflorestais, criando um modelo replicável para outras comunidades. **A rede Colab Culinaria, do Equador**, demonstrou capacidade colaborativa: *“trabalhar em rede nos permitiu estabelecer vínculos entre produtores, consumidores, restaurantes e comunidades... A colaboração nos permite ampliar a conscientização e fortalecer os empreendimentos uns dos outros por meio da troca de produtos, de conhecimento e de apoio às vendas”*.

Resultados

As abordagens comunitárias para o desenvolvimento empresarial geraram impactos mensuráveis nas dimensões ambientais, sociais e econômicas.

Ambiental

- As abordagens de gestão do ecossistema melhoram a produtividade, preservando a biodiversidade.
- Os sistemas de gestão de resíduos e de regulamentação de visitantes geram resultados ambientais.
- A recuperação do conhecimento tradicional apoia a agrossilvicultura e a gestão de produtos florestais.
- A gestão adaptativa apoia a transição de práticas prejudiciais para alternativas sustentáveis.

Social

- As mulheres reforçam a sua liderança, com muitas assumindo funções de presidência e coordenação.
- As estruturas de envolvimento dos jovens equilibram a transmissão cultural com o cumprimento da lei.
- Sistemas de governança transparentes fortalecem a legitimidade da comunidade e a organização interna.
- A implementação do CLPI fortalece as estruturas organizacionais e garante projetos culturalmente adequados.

Econômico

- As comunidades melhoram a renda por meio de combinações estratégicas de certificação e acesso ao mercado premium.
- Sistemas abrangentes de rastreabilidade fortalecem as relações diretas com os compradores.
- Estruturas de preços justos reconhecem a contabilidade de custos totais e as contribuições únicas das mulheres.
- A colaboração em rede reduz os intermediários e fortalece o valor entregue às comunidades.
- Modelos de negócios geram renda que apoia a conservação e a preservação cultural.





Kallari forma empresa de chocolate liderada por indígenas **para preservação florestal e prosperidade local**

Resumo

A empresa de cacau verticalmente integrada da Kallari demonstra como as comunidades indígenas Kichwa podem criar meios de subsistência sustentáveis e preservar a biodiversidade da Amazônia.

Nas florestas tropicais da província de Napo, no Equador, as comunidades indígenas Kichwa cultivam cacau em seus sistemas agroflorestais tradicionais de chakra há gerações. Essas parcelas biodiversas — onde o cacau cresce ao lado de plantas medicinais, árvores madeiras e culturas alimentares — representam não apenas a produção agrícola, mas também um modo de vida que sustenta as famílias e, ao mesmo tempo, mantém a cobertura florestal.

Apesar desta rica herança, as comunidades enfrentam desafios econômicos significativos. Os intermediários locais muitas vezes controlam o comércio do cacau, pagando preços que não refletem a qualidade excepcional e o valor ambiental do cacau cultivado na chakra. As empresas internacionais de chocolate exigem qualidade consistente, volumes confiáveis e, às vezes, certificações que parecem ter sido concebidas para grandes produtores, não para empresas agroflorestais indígenas. Como explica a presidente da Kallari, Ruth Cayapa: *“no nível de captação de recursos e das certificações, há regulamentações que exigem cada vez mais de nós e muitas vezes não podemos negociar. Simplesmente temos que cumprir”*.

A Kallari viu essa falha do mercado como uma oportunidade. Começando em 2002 como uma pré-associação de 50 famílias de cinco comunidades, eles se organizaram coletivamente para contornar os intermediários e capturar mais valor para suas comunidades. Com base em suas tradições de governança democrática e no resiliente sistema agroflorestal chakra, os empreendimentos comunitários se posicionaram como uma iniciativa liderada pela comunidade, capaz de atender às demandas do mercado sem comprometer sua missão principal: melhorar os meios de subsistência e, ao mesmo tempo, preservar as terras ancestrais.

Com financiamento e apoio técnico do Fundo Equatoriano Canadense de Desenvolvimento (FECD), eles cresceram e se tornaram uma associação legalmente reconhecida em 2006. Hoje, a Kallari atinge 850 famílias de 21 comunidades, é liderada por 62% de mulheres e tem navegado por complexas exigências de mercado e restrições de capital para produzir mais de 13 variedades de barras de chocolate premium, mantendo práticas culturais de governança.

Princípios da sociobioeconomia da Amazônia em ação

Avaliar os riscos e integrar salvaguardas ambientais e sociais sólidas

A Kallari demonstra salvaguardas ambientais e sociais por meio de abordagens sistemáticas para a inclusão de gênero e a proteção dos direitos humanos. Sua transformação de 50 para 850 famílias, com 62% das mulheres em posições de liderança, reflete uma proteção deliberada de gênero que aborda exclusões históricas na liderança agrícola. Como presidente, Ruth Cayapa explica: *“essas mulheres mudaram a forma como se veem. Elas se sentem capazes de tomar decisões, mobilizar-se, desenvolver novas habilidades e estão progressivamente tornando mais visível o potencial das mulheres no setor produtivo”*. A Kallari também navega por certificações internacionais, protegendo práticas culturais e usando produção diversificada para reduzir riscos climáticos e de mercado, enquanto sua estrutura de assembleia democrática fornece um mecanismo para abordar as preocupações da comunidade.

Respeitar os Povos Indígenas, Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais e locais

A Kallari opera como uma organização 100% liderada por indígenas, onde a governança respeita os processos tradicionais de tomada de decisão. Eles mantêm estruturas democráticas com liderança rotativa das comunidades membros, exigindo que a adesão esteja vinculada ao cultivo ativo de cacau e à participação nas assembleias. O compartilhamento regular de informações por meio de visitas à comunidade mantém a confiança e a transparência. A Kallari protege práticas culturais, como a transferência de conhecimento intergeracional, desenvolvendo programas de envolvimento dos jovens que preservam o aprendizado tradicional e criam caminhos para que os jovens sem propriedade de terras participem de forma significativa.



Condições de trabalho justas, seguras e legais *(trabalhadores diretos)*

A Kallari distingue o apoio familiar do trabalho infantil por meio de estruturas culturais que respeitam a transferência de conhecimento tradicional, ao mesmo tempo em que atendem às normas internacionais. Criam espaços de aprendizagem seguros para os jovens na gestão da chakra e garantem a tomada de decisão coletiva sobre as práticas de trabalho por meio de assembleias. Em vez de excluir os jovens devido a preocupações com o trabalho infantil, eles desenvolveram estruturas que distinguem a educação cultural da exploração, criando assim oportunidades para a transferência de conhecimento intergeracional dentro de limites apropriados.

Construir cadeias de valor éticas, rastreáveis e transparentes

A Kallari garante que os preços premium fluam diretamente para as famílias membros, ao mesmo tempo em que segue várias certificações, incluindo as orgânicas da União Europeia e da USDA, *Certificación Orgánica Nacional*, Fairtrade e SPP Chakra. Eles mantêm a documentação de rastreabilidade para conformidade com o Regulamento Antidesmatamento da União Europeia (EUDR), ao mesmo tempo em que protegem a transferência de conhecimento tradicional. Sua progressão gradual das vendas artesanais para a produção de cacau premium construiu capacidade técnica ao longo do tempo, estabelecendo parcerias estratégicas com compradores que valorizam a qualidade e oferecem preços estáveis e premium. O investimento em infraestrutura de processamento e coleta homogênea a qualidade da produção e estabiliza os volumes.

Proteger e restaurar a natureza, o clima e a biodiversidade

A Kallari mantém chakras agroflorestais tradicionais, onde o cacau cresce ao lado de plantas medicinais, árvores madeireiras e culturas alimentares. As famílias alcançam o desmatamento zero usando práticas como enxertia e manejo do dossel para melhorar a

produtividade nas terras existentes, em vez de expandir as áreas de cultivo. Todos os membros, com as suas chakras, se comprometem com a conservação da biodiversidade, e o negócio oferece uma alternativa às economias dependentes do desmatamento, como a mineração, já que as comunidades organizadas resistem à venda de suas terras. Sua filosofia de aprendizagem contínua impulsiona os esforços de diversificação, identificando cerca de dez novos produtos com potencial de mercado, mantendo a cobertura florestal.

Demonstrar impacto e prestar contas

A Kallari mantém visitas regulares à comunidade para garantir transparência e responsabilidade, com estatutos e regulamentos disponíveis publicamente em seu site. Implementa relatórios obrigatórios às assembleias para garantir a supervisão democrática e mantém documentação abrangente para conformidade com a EUDR. Suas estruturas de governança transparentes demonstram a responsabilidade cada vez mais valorizada pelas comunidades e pelos consumidores conscientes.

Fortalecer capacidades e redes

Com mais de 20 anos de operação, a Kallari construiu uma expertise técnica local substancial, garantindo ao mesmo tempo a formação de jovens para a continuidade futura. Fornece assistência técnica focada na melhoria da qualidade dentro do sistema chakra, em vez da conversão para a monocultura, usando inovações em enxertos para aumentar a produtividade. Sua abordagem incorpora conhecimento internacional para apoiar e aumentar a capacidade de produção em nível comunitário, explorando o desenvolvimento de produtos e a integração em novos mercados.



Resultados

A abordagem comunitária da Kallari à sociobioeconomia gerou impactos mensuráveis nas dimensões ambiental, social e econômica.

Ambiental

- Desmatamento zero por meio de melhorias na produtividade das terras existentes, utilizando enxertos e manejo do dossel.
- Conservação da biodiversidade em todas as chakras.
- Uma alternativa à mineração, já que as comunidades organizadas resistem à venda de suas terras.

Social

- Governança democrática com liderança rotativa e compartilhamento regular de informações com a comunidade.
- Caminhos de desenvolvimento para os jovens são criados por meio de estatutos reformados e programas de treinamento abrangentes.
- O papel central das mulheres é reconhecido na gestão das chakras, com 62% das mulheres em posições de liderança.
- Preservação cultural do conhecimento e das práticas tradicionais.

Econômico

- A geração de renda por meio de diversos produtos da chakra garante ganhos durante todo o ano.
- O acesso aos mercados locais e internacionais fortalece a renda da comunidade.
- Oportunidades de emprego para mulheres e jovens em funções de processamento e liderança.
- Alocação de fundos comunitários para apoiar iniciativas de desenvolvimento local.
- Exploração e desenvolvimento da integração de produtos em novos mercados.





A Natura faz parceria com comunidades **para construir cadeias de valor sustentáveis e éticas**

Resumo

A Natura &Co. é uma empresa global de beleza orientada a um propósito, com um modelo de comércio justo que valoriza o conhecimento tradicional, promove a conservação da biodiversidade e garante benefícios equitativos em toda a sua cadeia de produção na Amazônia. Inspirados pelo crescente movimento de conservação ambiental na década de 1990, os fundadores da Natura imaginaram o desenvolvimento de oportunidades de negócios sustentáveis para enfrentar os desafios socioambientais, concentrando seus esforços na Amazônia brasileira para proteger as florestas em pé, conectando ciência, natureza e conhecimento tradicional em negócios que recompensam os guardiões da floresta.

Em 2002, a Natura se comprometeu com o envolvimento direto da comunidade por meio de cooperativas de agricultores familiares, adotando uma abordagem de aprendizagem prática para estudar espécies nativas e integrá-las aos produtos por meio de práticas de aquisição responsáveis. A empresa desenvolveu uma Política de Uso Sustentável de Produtos Sociobiodiversos seguindo os princípios da Convenção sobre Diversidade Biológica e cofundou, em 2007, a União para o Comércio Ético de Produtos Biológicos (UEBT) para garantir padrões éticos de abastecimento.

Hoje, em parceria com 45 comunidades agroextrativistas, a Natura ajudou a melhorar a renda de mais de 10.000 famílias amazônicas, ao mesmo tempo em que protegeu mais de 2 milhões de hectares de floresta. Para cada R\$1 de ganho, estimam que geram R\$2,50 de impacto socioambiental adicional.

Princípios da sociobioeconomia da Amazônia em ação

Avaliar os riscos e integrar salvaguardas ambientais e sociais sólidas

A Natura emprega um sistema abrangente de Gestão de Risco Empresarial (ERM) baseado em uma abordagem de dupla materialidade para identificar questões que afetam tanto a empresa quanto seus stakeholders. Eles aplicam as estruturas da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (*Taskforce on Climate Related Financial Disclosures, TCFD*) e da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas à Natureza (*Taskforce on Nature Related Financial Disclosures, TNFD*) para avaliar riscos e oportunidades relacionados ao clima e à natureza, e uma Linha Direta de Ética terceirizada permite investigações e ações corretivas quando necessário.

Respeitar os Povos Indígenas, Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais e locais

A Natura respeita o CLPI ao acessar o conhecimento tradicional, identificando as comunidades potencialmente afetadas por suas operações no início do processo de planejamento e envolvendo-se

por meio de consultas culturalmente adequadas. Emprega equipes especializadas em pesquisa e desenvolvimento, compras e marketing para manter uma presença consistente no campo e construir confiança de longo prazo, como explica a gerente sênior de sustentabilidade Priscila Matta: *“acredito que é muito importante ter equipes especializadas nessa forma de trabalhar — esse tipo de relacionamento com as comunidades — e ter uma presença no campo, construindo confiança. Essa presença é fundamental para esse modelo de envolvimento da comunidade”*. Eles documentam o conteúdo em formatos acessíveis — acordos verbais, mapeamento visual ou depoimentos gravados, conforme a preferência das comunidades — e revisitam o CLPI ao longo do ciclo de vida do projeto.

Construir cadeias de valor éticas, rastreáveis e transparentes

A Natura garante condições comerciais justas por meio de medidas abrangentes de transparência, incluindo estudos técnicos de custos com as comunidades, que levam em consideração tempo, esforço, questões ambientais e logísticas, e conhecimento local. Eles realizam reuniões abertas de precificação em planilhas com negociações transparentes e reajustes anuais, fornecem contratos assinados com base em projeções de três anos para que as comunidades tenham segurança de renda e oferecem adiantamentos de 30% para mitigar o risco financeiro dos fornecedores. O NaturaGIS, sistema de informações geográficas e de produção da empresa, garante o controle de qualidade e a rastreabilidade, identificando quais famílias participaram da colheita e do cultivo. Contratos de fornecimento não exclusivos permitem que os fornecedores negociem vendas excedentes, enquanto a supervisão formal por um Conselho de Sustentabilidade e um Comitê de Sustentabilidade esclarece as funções operacionais ao longo de toda a cadeia de valor.





Proteger e restaurar a natureza, o clima e a biodiversidade

A Natura desenvolveu uma política de biodiversidade abrangente, seguindo os princípios da Convenção sobre Diversidade Biológica, e cofundou a UEBT para garantir a conformidade com a conservação da biodiversidade, práticas sustentáveis, compartilhamento de benefícios, estabilidade socioeconômica e cumprimento de requisitos legais. O selo da UEBT na linha de produtos Ekos da Natura demonstra esse compromisso. Seus resultados ambientais incluem 2,2 milhões de hectares de floresta conservados, com uma meta de 3 milhões, neutralidade de carbono desde 2007, compromissos de zero emissões líquidas em toda a cadeia de valor e quase 85% de embalagens recicláveis, reutilizáveis ou compostáveis.

Impacto e responsabilidade

A Natura usa várias abordagens para medir o impacto ambiental e social, incluindo o emprego de uma versão personalizada do Índice de Progresso Social (*SPI, na sigla em inglês*) de Harvard para coletar dados primários de comunidades que estão medindo o progresso em direção a objetivos compartilhados, incluindo necessidades humanas básicas (*nutrição, água*), fundamentos do bem-estar (*educação, saúde, qualidade ambiental*) e oportunidades (*direitos, escolha, inclusão*). Os resultados informam sua estratégia amazônica e alimentam o mecanismo de financiamento Amazônia Viva, para alinhar o investimento a resultados mensuráveis. Eles também utilizam seu Sistema de Verificação da Cadeia de Suprimentos de Biodiversidade para monitorar indicadores, como o uso de agroquímicos, conflitos de uso da terra e práticas éticas de biocomércio. Eles realizam

treinamentos e auditorias anuais para garantir taxas sustentáveis de colheita e de regeneração.

Fortalecer capacidades e redes

A Natura fornece assistência técnica às comunidades sobre colheita sustentável, práticas regenerativas, desenvolvimento organizacional e gestão, com foco especial em treinamento em saúde, segurança e direitos humanos. Eles enfatizam o desenvolvimento profissional, especialmente para mulheres e jovens, apoiando empresas lideradas por mulheres, programas de liderança juvenil e iniciativas comunitárias que abordam exclusões históricas.

Além da capacitação direta, a Natura também desenvolveu mecanismos de financiamento inovadores que fortalecem as redes sociobioeconômicas. Em 2023, eles colaboraram com várias organizações para lançar o Mecanismo de Financiamento da Amazônia Viva. Esse modelo de financiamento misto inclui certificados de recebíveis do agronegócio, permitindo que os agricultores convertam ganhos futuros em títulos negociáveis. O modelo também conta com um fundo de recebíveis, administrado pela VERT Capital, que oferece linhas de crédito diretas a cooperativas, com absorção de risco por compradores de produtos, e com um mecanismo de condições facilitadoras, apoiado pelo Fundo Vale e administrado pelo FUNBIO, que investe em infraestrutura, educação, acesso à internet e restauração florestal. O Amazônia Viva visa proteger 10.000 famílias em 16 territórios, fortalecendo as cadeias de valor sociobioeconômicas e levando à criação da Violet Earth, uma plataforma que facilita investimentos em soluções baseadas na natureza.

Resultados

A abordagem abrangente da Natura à sociobioeconomia gerou impactos mensuráveis nas dimensões ambiental, social e econômica.

Ambiental

- 2,2 milhões de hectares de floresta conservados, com uma meta de 3 milhões.
- Carbono neutro desde 2007, avançando rumo ao NetZero em todas as cadeias de valor.
- Redução de 43% nas emissões de Escopo 1 e 2 e de 28% no Escopo 3.
- Quase 85% das embalagens são recicláveis, reutilizáveis ou compostáveis.

Social

- Desenvolvimento profissional, treinamento e progressão na carreira, especialmente para mulheres e jovens.
- Apoio a empresas lideradas por mulheres, programas de liderança para jovens e iniciativas comunitárias que abordam exclusões históricas.
- Implementação robusta do CLPI com consultas culturalmente adequadas.

Econômico

- 45 parcerias com comunidades agroextrativistas, impactando 10.000 famílias (*mais de 42.000 pessoas*).
- Contribuições para a sociobioeconomia por meio do desenvolvimento de 46 bioingredientes da sociobiodiversidade amazônica, com meta de 55.
- R\$48,5 milhões em recursos mobilizados para comunidades agroextrativistas em 2024, dos quais R\$24,5 milhões destinados à compra de insumos da sociobiodiversidade.
- Cada real ganho gera um impacto socioambiental adicional estimado em R\$2,50.
- Preços justos para os produtores comunitários por meio de estudos técnicos de custos e negociações transparentes.



VEJA transforma tênis para a conservação da floresta e o bem-estar da comunidade

Resumo

A empresa francesa de calçados VEJA revolucionou a moda sustentável ao estabelecer parcerias diretas com famílias de seringueiros da Amazônia, pagando 3,5 vezes o preço de mercado pela borracha selvagem e protegendo 2,8 milhões de hectares de floresta tropical. A produção tradicional de tênis depende fortemente de materiais sintéticos derivados de petroquímicos, couro proveniente da pecuária ligada ao desmatamento e processos de fabricação que consomem muita energia e água, poluem fontes hídricas e geram emissões de gases de efeito estufa. Enquanto isso, as pressões econômicas muitas vezes forçam as comunidades amazônicas a usar a terra de forma insustentável, acelerando a perda de florestas.

Os fundadores da VEJA reconheceram esse paradoxo: as famílias de seringueiros posicionadas para proteger a floresta não tinham incentivos econômicos para manter meios de subsistência sustentáveis. Começando com o envolvimento inicial da comunidade, a VEJA formou parcerias diretas com produtores de algodão e borracha, incluindo a Cooperacre, uma federação que representa mais de 2.800 famílias de seringueiros em 25 cooperativas. Em vez de impor padrões externos, eles desenvolveram, em conjunto com os produtores, o Protocolo de Produção Sustentável para refletir as realidades locais e, ao mesmo tempo, cumprir as metas de limites de desmatamento, qualidade da borracha e organização cooperativa.

Por meio de monitoramento inovador por satélite, governança liderada pela comunidade e remuneração justa que reconhece a gestão ambiental, a empresa certificada pela B Corp está ajudando a comprovar a viabilidade comercial da gestão ambiental, ao mesmo tempo em que apoia o bem-estar da comunidade.

Princípios da sociobioeconomia da Amazônia em ação

Avaliar os riscos e integrar salvaguardas ambientais e sociais sólidas

A VEJA integra o monitoramento por satélite à verificação baseada na comunidade para mitigar o risco de desmatamento. Eles também operam um mecanismo de resolução de disputas por meio do seu Comitê da Borracha, para garantir que as divergências da comunidade sejam tratadas de forma justa e transparente.

Respeitar os Povos Indígenas, Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais e locais

A VEJA se conecta com líderes comunitários e cooperativas antes do início de qualquer atividade comercial, apresentando os conceitos e valores do projeto de forma transparente e colaborativa. Após discussões

iniciais com os líderes, eles organizam círculos comunitários com as famílias para criar em conjunto planos de trabalho. A VEJA prioriza a construção de relacionamentos em vez de transações puramente comerciais, mantendo equipes locais integradas nos territórios que visitam as famílias pelo menos três vezes por ano. *“Conversamos com a liderança — seja da cooperativa ou da associação — e, em seguida, apresentamos uma ideia, por exemplo, sobre a borracha nativa. Todo o trabalho que fazemos é sobre como operamos, quais são os valores da empresa e quais são nossos pilares — não apenas valores éticos”*, diz a diretora de sourcing, Luciana Batista Pereira. Seu Comitê de Borracha integra a liderança e a governança da comunidade, organizando reuniões anuais envolvendo líderes comunitários e representantes de cada cooperativa, nas quais os contratos são revisados e os termos podem ser ajustados de forma participativa.

Estabelecer condições de trabalho justas, seguras e legais (trabalhadores diretos)

A VEJA estabeleceu códigos de conduta formalizados para os funcionários e implementou um protocolo de produção sustentável que exige documentação válida para todos os trabalhadores e proíbe o trabalho forçado e práticas discriminatórias. Essa abordagem sistemática garante termos de emprego claros e conformidade legal em todas as suas operações, com mecanismos de reclamação estabelecidos para defender os direitos dos trabalhadores e os padrões ambientais.





Construir cadeias de valor éticas, rastreáveis e transparentes

A VEJA mantém total visibilidade e controle sobre a origem, a qualidade e as condições de produção das matérias-primas por meio de relações diretas de fornecimento e da certificação Fair for Life. Cada cooperativa rastreia a borracha coletada por seus membros, documentando a origem de cada lote, desde a floresta até o produto final. Eles mudaram a precificação da borracha de transações de commodities para o reconhecimento da gestão ambiental por meio de um sistema transparente em três níveis: preços de commodities no mercado, pagamentos adicionais por serviços socioambientais que recompensam o cumprimento das normas de desmatamento e prêmios de certificação Fairtrade. Isso resulta em pagamentos 3,5 vezes superiores aos preços de mercado. A VEJA oferece até 60% de adiantamento às cooperativas para o fluxo de caixa imediato durante longos ciclos de produção e assina contratos mínimos de três anos para garantir estabilidade. Os critérios de preços e as estruturas de bônus são publicados na sede da cooperativa para garantir transparência e responsabilidade.

Proteger e restaurar a natureza, o clima e a biodiversidade

A VEJA preserva a biodiversidade e reduz o desmatamento, enfatizando o cultivo de produtos orgânicos e silvestres, adotando práticas agroecológicas que apoiam a conservação florestal e implementando o monitoramento do desmatamento por satélite. Eles realizam e compartilham publicamente avaliações abrangentes de emissões, com foco especial nas emissões da cadeia de suprimentos de Escopo 3, que representam 99,97% de sua pegada de carbono total. Compreendendo suas maiores fontes de emissão, eles responderam reduzindo o uso geral de couro, fazendo a transição para couros mais ecológicos e alternativas ao material, melhorando os processos de curtimento para diminuir o consumo de água e energia, reduzindo o transporte aéreo e adquirindo borracha amazônica que emite 73% menos gases de efeito estufa do que a borracha sintética convencional.

Demonstrar impacto e prestar contas

A VEJA utiliza o sistema TerraBrasilis do Brasil para rastrear o desmatamento com resolução de 6 metros quadrados em cada área designada aos seringueiros. Sua plataforma proprietária de monitoramento ambiental, desenvolvida com o apoio da Partnerships for Forests, integra dados de GPS de famílias com projetos governamentais de rastreamento do desmatamento, como o PRODES, para verificação de conformidade em tempo real. Eles mantêm uma seção dedicada à transparência no site da empresa, que publica informações sobre fornecimento, preços e práticas ambientais, e atualiza regularmente para manter a responsabilidade pública por seus compromissos ambientais e sociais.

Fortalecer capacidades e redes

A VEJA apoia a autonomia cooperativa e a força organizacional, alocando recursos adicionais especificamente para o fortalecimento das capacidades. Sua parceria com a Cooperacre atua como um centro regional, apoiando cooperativas mais novas com treinamento em gestão, contabilidade e estruturação jurídica. Equipes de campo integradas fornecem suporte contínuo, enquanto as reuniões anuais incluem sessões de capacitação com especialistas, incluindo a equipe jurídica da VEJA. Em parceria com organizações como a SOS Amazônia, realizaram 50 workshops em 2022-2023, educando mulheres sobre seus direitos, o negócio da borracha e o acesso a benefícios governamentais — adaptando as abordagens às realidades locais para promover a transferência de conhecimento.

Resultados

A abordagem abrangente da VEJA à sociobioeconomia gerou impactos mensuráveis nas dimensões ambientais, sociais e econômicas.

Ambiental

- Preservação da biodiversidade e redução do desmatamento por meio da colheita silvestre e do monitoramento por satélite.
- Aumento da aquisição de borracha amazônica, que emite 73% menos gases de efeito estufa do que as alternativas convencionais.
- Redução do uso de espuma em 20%, com melhorias nos processos de curtimento para reduzir o consumo de água e energia.

Econômico

- Os produtores comunitários recebem 3,5 vezes o preço de mercado da borracha, o que contribui para a sustentabilidade de seus meios de subsistência.
- As famílias participantes ganham, em média, 25% a mais de renda anual e relatam melhores condições de vida.
- Acesso a itens antes inacessíveis, como geladeiras e educação.

Social

- O fortalecimento de capacidades ajuda as cooperativas a fortalecer suas capacidades de gestão financeira, logística e governança.
- O Comitê da Borracha incorpora estruturas de liderança e governança comunitárias.
- 50 workshops realizados para a educação sobre os direitos das mulheres e o acesso a benefícios governamentais.





Amazonia Impact Ventures oferece financiamento vinculado a impacto para empreendedores florestais

Resumo

A Amazonia Impact Ventures (AIV) aborda lacunas cruciais no acesso a financiamento e mercados, oferecendo empréstimos vinculados ao impacto para Povos Indígenas, comunidades locais, pequenas empresas e compradores orientados por objetivos ambientais e sociais. Os produtores locais continuam com financiamento crônico insuficiente em toda a Amazônia. Por exemplo, no Peru, menos de 4% dos empréstimos chegam às regiões amazônicas. Essa lacuna de financiamento é agravada pelo acesso limitado ao mercado, já que muitos grupos de produtores dependem de um único comprador e não têm poder de negociação para obter preços justos ou compromissos de rastreabilidade. A volatilidade dos preços das commodities e o comércio especulativo criam desafios para o pagamento, enquanto os credores muitas vezes consideram os mutuários comunitários de alto risco devido ao histórico limitado e às garantias. A abordagem da AIV aborda as duas lacunas simultaneamente: ao financiar compradores éticos juntamente com cooperativas de produtores, eles garantem o acesso ao mercado para as comunidades, ao mesmo tempo em que asseguram que os compradores tenham cadeias de suprimento confiáveis e rastreáveis. Sem soluções integradas, as comunidades são pressionadas a se envolver em atividades econômicas extrativistas que degradam as florestas.

A história da AIV começa em conversas com associações de produtores Ashaninka e Quéchua que lutavam para pré-financiar as colheitas de cacau e de guayusa (*uma árvore com cafeína nativa da Floresta Amazônica e usada pelos Povos Indígenas há séculos*). Em vez de impor condições de financiamento irrealistas, a AIV procurou preencher as lacunas de crédito e de mercado combinando capital concessionário e comercial para criar empréstimos vinculados ao impacto e à sustentabilidade, cujas taxas de juros caem quando os mutuários atingem indicadores-chave de desempenho (KPIs) de conservação e subsistência.

Desde 2020, o investidor de impacto já aplicou US\$10 milhões em 42 empréstimos, distribuídos por 12 cadeias de valor sociobioeconômicas — de castanhas-do-pará a cacau regenerativo —, impactando 4.000 produtores em 160.000 hectares de terras agrícolas e florestais comunitárias. Por meio do Amazon Impact Fund I, com meta de US\$25 milhões, a AIV pretende proteger 1 milhão de hectares e alcançar 100 mil pessoas em cinco anos.

Princípios da sociobioeconomia da Amazônia em ação

Avaliar os riscos e integrar salvaguardas ambientais e sociais sólidas

A AIV emprega uma matriz de triagem ambiental, social e de governança (ASG) proprietária que integra métricas financeiras e ASG, incluindo riscos climáticos e de gênero, com base em décadas de experiência em agrossilvicultura e no trabalho com empresas e cooperativas rurais. Essa abordagem sistemática de triagem garante que possíveis impactos adversos sejam identificados e gerenciados antes da concessão do empréstimo, enquanto as estruturas de capital de primeira perda e os testes de estresse de volatilidade de preços protegem tanto os investidores quanto os mutuários contra riscos.

Respeitar os Povos Indígenas, Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais e locais

A AIV obtém grande parte de seu pipeline por meio de parcerias sólidas com organizações indígenas e ONGs e mantém representação indígena em seu comitê consultivo. Ela mantém um memorando de entendimento com a Câmara de Comércio dos Povos Indígenas do Peru, que desempenha um papel fundamental na agregação de empresas indígenas e na conexão delas com oportunidades de mercado. Essa abordagem de governança inclusiva incorpora o envolvimento da comunidade e garante que as decisões de investimento reflitam as prioridades da comunidade.

Construir cadeias de valor éticas, rastreáveis e transparentes

A AIV oferece empréstimos vinculados ao impacto a cooperativas de produtores para capital de giro, equipamentos e prefinanciamento da colheita e a compradores orientados por missões para fortalecer a rastreabilidade e firmar acordos de fornecimento direto. Essa abordagem de financiamento de ponta a ponta garante a compra para grupos de produtores, reforça os requisitos de rastreabilidade e estabelece preços mínimos negociados que asseguram margens justas para os produtores. Muitos beneficiários de empréstimos possuem certificações orgânicas, Fairtrade, Rainforest Alliance e/ou Símbolo de Pequenos Produtores (SPP). Os contratos de empréstimo incluem KPIs de rastreabilidade, como geolocalização de parcelas e alertas do Global Forest Watch, enquanto suas ferramentas de monitoramento por satélite ajudam os tomadores de crédito a se prepararem para os requisitos do Regulamento Antidesmatamento da União Europeia (EUDR).





Proteger e restaurar a natureza, o clima e a biodiversidade

A AIV implementa cláusulas de desmatamento zero nos empréstimos e define metas de restauração agroflorestal, incluindo planos para plantar 6 milhões de árvores de espécies mistas até 2030. Eles usam monitoramento por satélite, combinado com verificação em campo, para acompanhar os resultados ambientais, enquanto sua estrutura de empréstimos vinculada ao impacto reduz as taxas de juros quando os tomadores de crédito atingem os KPIs de conservação. Essa abordagem atrai financiamento para empresas positivas para a natureza, sem comprometer os termos da comunidade, demonstrando que os resultados de conservação podem ser incentivados financeiramente, em vez de impostos, como requisitos externos.

Demonstrar impacto e prestar contas

A AIV usa o Global Forest Watch para alertas de desmatamento quase em tempo real e testa plataformas do WhatsApp para coletar dados de renda no nível do produtor, com planos de também oferecer módulos de micro aprendizagem. Essas ferramentas de monitoramento ajudam os tomadores de crédito a se prepararem para os requisitos da EUDR, ao mesmo tempo em que fornecem dados de responsabilidade em tempo real. A AIV publica relatórios de impacto, mantém atualizações no site e na mídia e fornece aos investidores informações financeiras trimestrais e relatórios anuais para garantir a transparência entre os grupos de partes interessadas.

Fortalecer capacidades e redes

A AIV combina assistência técnica financiada por subsídios com empréstimos para suprir lacunas de capacidade que podem comprometer o reembolso. A assistência inclui consultoria em gestão financeira, políticas de equidade de gênero, mapeamento de base de referência de florestas/carbono e treinamento em agrossilvicultura. A AIV está levantando um fundo filantrópico de US\$1 milhão para assistência técnica com o objetivo de promover soluções baseadas na natureza, expandir o acesso ao mercado e implantar ferramentas digitais — como uma plataforma baseada no WhatsApp — que oferecem treinamento em agrossilvicultura e conservação diretamente aos produtores, ao mesmo tempo em que coletam dados de renda. Isso cria um ciclo de feedback que fortalece tanto a capacidade local quanto a prestação de contas.

Resultados

A abordagem abrangente da AIV ao financiamento vinculado ao impacto gerou resultados mensuráveis nas dimensões ambientais, sociais e econômicas.

Ambiental

- 160.000 hectares sob gestão aprimorada com monitoramento de alertas de desmatamento.
- Portfólio orgânico com certificações adicionais que fortalecem as práticas de conservação.
- Planos para plantar 6 milhões de árvores de espécies mistas até 2030.

Econômico

- Melhoria dos resultados em termos de meios de subsistência, com ligações diretas entre compradores e produtores em quatro cadeias de valor.
- 64% da carteira recebeu um empréstimo após o investimento da AIV.
- Taxas de juros vinculadas ao impacto recompensam as conquistas em conservação e em meios de subsistência.

Social

- 4.000 produtores alcançados até o momento, dos quais 32% são indígenas.
- Foco na igualdade de gênero, com mulheres representando 36% dos produtores alcançados.
- Assistência técnica prestada a associações e cooperativas indígenas.





Partnerships for Forests desenvolve oportunidades de alto impacto para negócios florestais sustentáveis¹

Resumo

De cooperativas de castanha-do-pará a empreendimentos de superalimentos, a Partnerships for Forests (*P4F*) alavancou fundos públicos para transformar os guardiões da floresta amazônica em empresas de alto impacto e prontas para investimentos. Em toda a Amazônia, as pressões do desmatamento causadas pela pecuária, pela expansão da agricultura e pela mineração, ameaçam reservas críticas de carbono e a biodiversidade. No entanto, as comunidades que vivem e administram essas florestas — muitas vezes com conhecimento de gestão sustentável acumulado por gerações — carecem de conexões de mercado e de capacidade empresarial para tornar a conservação florestal economicamente competitiva em relação a alternativas destrutivas.

¹ Sem relação com os programas aqui descritos, a TNC recebeu financiamento da Partnerships for Forests para projetos e programas patrocinados pela TNC.

Em 2016, o Ministério das Relações Exteriores, da Comunidade Britânica e do Desenvolvimento (FCDO) do Reino Unido lançou a P4F para testar se parcerias estratégicas poderiam transformar a gestão florestal em negócios viáveis que reduzissem o desmatamento e fortalecessem meios de subsistência sustentáveis. O desafio era claro: sem os incentivos econômicos certos, as comunidades enfrentam escolhas impossíveis entre a proteção ambiental e a sobrevivência familiar.

Os parceiros de implementação Palladium e Systemiq criaram um programa para testar dezenas de protótipos de parceria e ampliar o que funcionava. Combinando subsídios da UK Aid com experiência em negócios sustentáveis, o P4F apoiou 98 parcerias florestais, 18 das quais estão diretamente ligadas à Amazônia. Seus acordos na América Latina contribuíram para 3,6 milhões de hectares de terras sob gestão sustentável, demonstrando como um programa global pode gerar impacto local nas cadeias de valor sociobioeconômicas.

Princípios da sociobioeconomia da Amazônia em ação

Avaliar os riscos e integrar salvaguardas ambientais e sociais sólidas

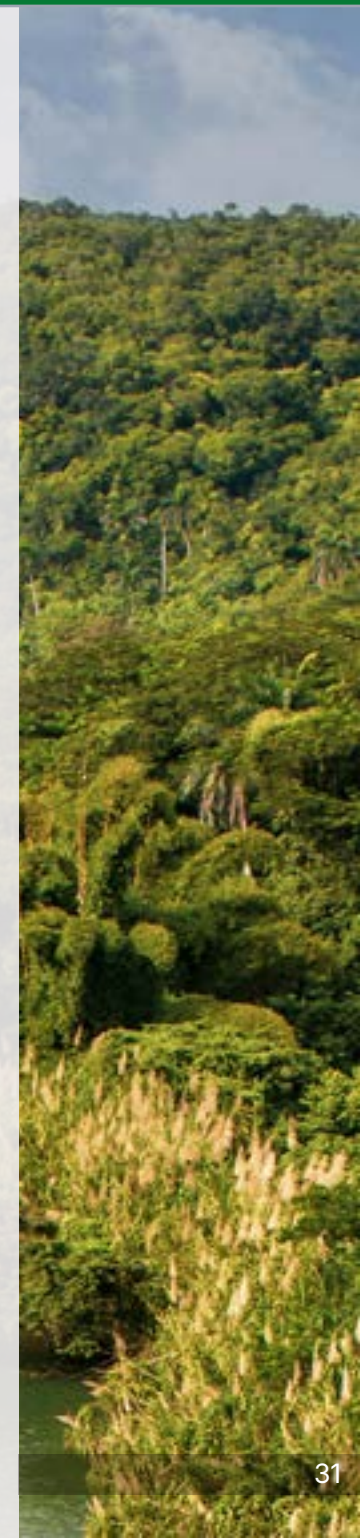
A P4F implementa modelos de Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) alinhados com a Corporação Financeira Internacional (IFC) para padronizar as abordagens de gestão de risco. Eles fornecem monitoramento de terceiros e estabelecem mecanismos de reclamação para atender às preocupações da comunidade. Seu kit de ferramentas de salvaguarda padrão reduz prazos e custos de transação, tornando as parcerias florestais mais viáveis tanto para as comunidades quanto para os financiadores, ao mesmo tempo em que garante padrões consistentes.

Respeitar os Povos Indígenas, Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais e locais

A P4F prioriza o envolvimento direto da comunidade e a cocriação ao longo do desenvolvimento da parceria. No Brasil, eles ajudaram a COOPAVAM — uma cooperativa que adquire castanhas-do-pará de comunidades indígenas — a desenvolver estruturas de governança que promovem a partilha equitativa de benefícios, garantindo, ao mesmo tempo, a voz dos indígenas nas negociações de preços e volumes. A cooperativa paga aos colhedores cerca de 30% acima dos preços locais, fortalecendo a capacidade institucional indígena. Suas operações expandidas de processamento e vendas têm um impacto positivo em 1,2 milhões de hectares de terras indígenas.

Construir cadeias de valor éticas, rastreáveis e transparentes

A P4F fortalece os caminhos de certificação e cria cadeias de valor transparentes, conectando produtores comunitários a compradores éticos. No Peru, eles ampliaram as parcerias de abastecimento do Grupo AJE para superalimentos como camu-camu e aguaje para 19 comunidades adicionais, financiando treinamento em colheita sustentável, rastreabilidade e capacidades de governança para ajudar as comunidades a atender às demandas do mercado e, ao mesmo tempo, proteger as florestas. Na Colômbia, eles conectaram a ONG Corpocampo, fundada por agricultores, ao Grupo AJE como comprador para desenvolver a cadeia de valor do aguaje e apoiaram a ampliação da coleta silvestre e dos sistemas agroflorestais.





Proteger e restaurar a natureza, o clima e a biodiversidade

A P4F estabelece acordos de desmatamento zero e apoia alternativas florestais ao uso destrutivo da terra. Sua parceria com a Corpocampo ampliou a produção de açaí e aguaje como alternativas à pecuária. Parcerias em toda a América Latina contribuíram para 3,6 milhões de hectares sob manejo sustentável, ao mesmo tempo em que proporcionaram incentivos econômicos para a conservação florestal.

Demonstrar impacto e prestar contas

A P4F utiliza uma estrutura de monitoramento, relatório e verificação (MRV) por satélite e mantém uma prestação de contas rigorosa por meio de relatórios anuais de resultados. Cria produtos de conhecimento de código aberto, incluindo o Banco de Dados de Financiamento da Natureza e o Roteiro de Investimentos na Amazônia 2023, como recursos para futuros investidores.

Fortalecer capacidades e redes

A P4F demonstra como parcerias estratégicas entre várias partes interessadas podem transformar a gestão florestal em negócios viáveis em toda a Amazônia. Seu modelo reúne governos, ONGs, empresas, financiadores e cooperativas comunitárias para criar cadeias de valor sustentáveis que oferecem alternativas competitivas ao desmatamento. Eles fornecem assistência técnica personalizada e financiamento a empresas comunitárias, apoiando 98 parcerias florestais e contribuindo para a gestão aprimorada de 3,6 milhões de hectares na América Latina. Na Colômbia, seu apoio beneficiou 170 pessoas, incluindo 80 ex-combatentes, ao mesmo tempo em que treinou comunidades locais em práticas sustentáveis de colheita e criou novas oportunidades de mercado.

Resultados

A abordagem abrangente da P4F para o desenvolvimento de parcerias florestais gerou impactos mensuráveis nas dimensões ambientais, sociais e econômicas.

Ambiental

- 3,6 milhões de hectares de terras sob gestão sustentável no Brasil, Colômbia e Peru.
- Acordos de desmatamento zero em todas as parcerias.
- Alternativas favoráveis às florestas estabelecidas em áreas de alto desmatamento.
- 1,2 milhão de hectares de terras indígenas impactadas positivamente por meio da parceria COOPAVAM.

Social

- Envolvimento direto da comunidade e cocriação.
- 170 pessoas se beneficiaram da parceria com a Corpocampo da Colômbia, incluindo 80 ex-combatentes.
- Vozes indígenas fortalecidas nas negociações de preço e volume.
- Treinamento da comunidade em práticas sustentáveis de colheita.

Econômico

- 18 parcerias florestais apoiadas na Amazônia.
- Os colhedores de castanha-do-pará da COOPAVAM estão recebendo cerca de 30% acima dos preços locais.





A Conexsus oferece suporte empresarial abrangente **para construir resiliência e autonomia empresarial**

Resumo

O Conexsus (*Instituto de Conexões Sustentáveis*) aborda os principais gargalos enfrentados pelas empresas na sociobioeconomia da Amazônia e em outros biomas brasileiros, buscando ativar um ecossistema de negócios comunitários e fortalecer sua resiliência e autonomia. Embora muitas empresas comunitárias tenham uma rica história de organização social e produção coletiva, uma parte significativa ainda carece de oportunidades para desenvolver suas atividades econômicas e das capacidades institucionais necessárias para se conectar com compradores, diversificar canais de vendas e capturar o valor da produção sustentável.

As condições prevalecentes para o acesso a recursos financeiros são pouco compatíveis com a estrutura financeira e o tamanho organizacional desses negócios, e as linhas de crédito rural públicas ainda apresentam desafios significativos para alcançar efetivamente os negócios e produtores da sociobioeconomia. Esses desafios prejudicam a viabilidade econômica desses negócios e sua capacidade de contribuir para a conservação florestal e o desenvolvimento comunitário.

A Conexsus aborda essas barreiras por meio de abordagens integradas: apoiando o desenvolvimento de negócios com foco na melhoria da capacidade de gestão e governança, projetando e implementando soluções financeiras de impacto que desbloqueiam o acesso ao crédito e programas de acesso ao mercado que conectam empresas a compradores responsáveis e redes comerciais. Como explica o diretor de operações, Pedro Frizo: *“Trabalhamos com a sociobioeconomia como uma solução climática e econômica simultânea, concentrando nossa tese de impacto na ativação de um ecossistema de negócios associado a essa ‘nova economia’”*. A Conexsus estabelece parcerias estratégicas entre empresas comunitárias e atores financeiros, empresas privadas e órgãos públicos para ampliar o impacto por meio de redes regionais e multissetoriais.

Princípios da sociobioeconomia da Amazônia em ação

Avaliar os riscos e integrar salvaguardas ambientais e sociais sólidas

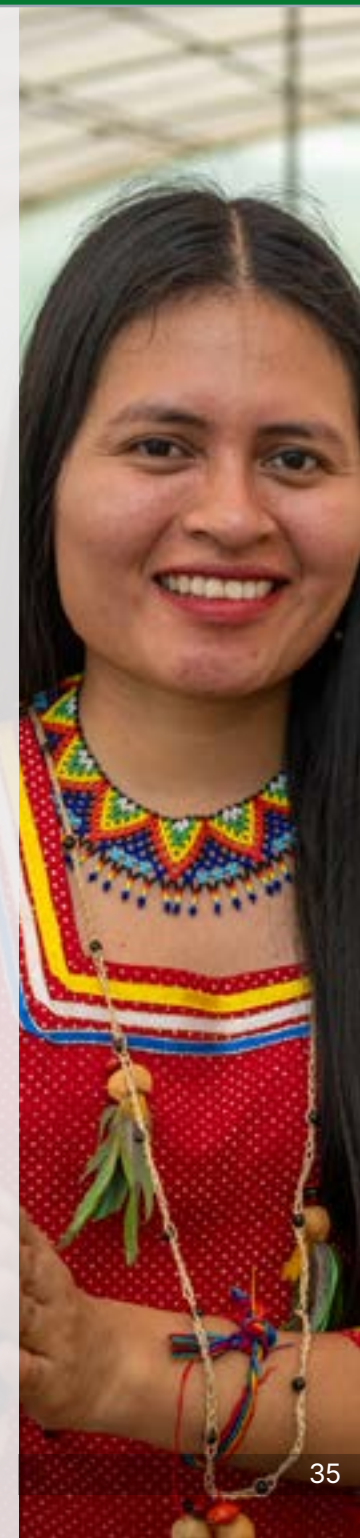
A Conexsus estabelece sistemas de salvaguardas abrangentes para garantir que seu apoio aos negócios não acarrete, inadvertidamente, riscos ambientais ou sociais. Suas salvaguardas socioambientais estabelecem correlações claras entre empresas comunitárias, resiliência territorial e resultados de conservação, ajudando as empresas a entender como suas atividades comerciais se conectam a objetivos mais amplos de gestão ambiental.

Respeitar os Povos Indígenas, Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais e locais

A Conexsus inicia o envolvimento da comunidade na fase de originação, estabelecendo acordos de parceria claros e desenvolvendo planos de ação compartilhados para a colaboração e o desenvolvimento de negócios. Os membros de sua equipe baseada no território mantêm interação diária com as comunidades, construindo relações de confiança que respeitam as estruturas de governança locais e as práticas de tomada de decisão. Essa abordagem baseada no campo garante que o desenvolvimento dos negócios esteja alinhado às prioridades e práticas culturais da comunidade, em vez de impor padrões externos.

Construir cadeias de valor éticas, rastreáveis e transparentes

A Conexsus cria cadeias de valor responsáveis, prestando serviços de consultoria para novas soluções de negócios e implementando testes de acesso ao mercado que oferecem diagnóstico de maturidade do produto, assessoria técnica e conexões com redes e compradores de comércio justo. Desenvolveu o [*“Guia de Boas Práticas para Mercados Responsáveis”*](#) como referência técnica para fortalecer as relações comerciais nos mercados de sociobioeconomia. Seu apoio permite que as empresas diversifiquem seus canais de vendas e se conectem com compradores no Brasil e no exterior, impulsionando assim a geração de renda da comunidade por meio de uma participação mais equitativa no mercado.





Proteger e restaurar a natureza, o clima e a biodiversidade

A abordagem da Conexsus para o desenvolvimento de negócios reconhece que empresas comunitárias economicamente viáveis constituem alternativas às atividades que levam ao desmatamento, apoiando a conservação florestal por meio de meios de subsistência sustentáveis. Em 2024, as 107 cooperativas e associações apoiadas administraram diretamente 33,6 milhões de hectares, demonstrando a escala do impacto da conservação.

Demonstrar impacto e prestar contas

A Conexsus mantém uma responsabilidade rigorosa por meio de relatórios anuais, bem como de um relatório de monitoramento divulgado em 2024, com um novo relatório previsto para 2025. Ela acompanha 30 indicadores por meio da coleta anual de dados em campo e monitora as empresas que receberam apoio de longo prazo, fornecendo informações valiosas sobre o impacto. O compartilhamento de conhecimento ocorre por meio de painéis e palestras, garantindo que seu aprendizado contribua para um desenvolvimento sociobioeconômico mais amplo. Sua abordagem baseada em dados permite a melhoria contínua e demonstra resultados mensuráveis para as partes interessadas.

Fortalecer capacidades e redes

A Conexsus aborda as barreiras sistêmicas enfrentadas pelas empresas florestais por meio de três abordagens integradas. Seu apoio ao desenvolvimento de negócios melhora a capacidade de gestão, a governança e a produção sustentável por meio da assistência técnica especializada prestada por equipes de campo baseadas no território e por redes estratégicas. Sua estratégia de financiamento de impacto liberou mais de R\$15 milhões em crédito rural e canalizou mais de R\$46 milhões em financiamento direto a 123 empresas de sociobioeconomia. Essa estratégia também inclui o treinamento de ativadores de crédito locais para ajudar as famílias a navegar pelos programas de crédito rural do Brasil, estruturando um veículo de financiamento misto para empresas comunitárias e orientadas para o impacto, e oferecendo linhas de crédito incentivadas com taxas abaixo do mercado. Seu apoio ao acesso ao mercado fornece serviços de consultoria comercial e conexões com redes de comércio justo, ajudando as empresas a se conectar com compradores e a diversificar seus canais de vendas. A Conexsus alterna deliberadamente seu portfólio de apoio para evitar dependências de longo prazo e espalhar o impacto entre mais organizações.

Resultados

A abordagem abrangente da Conexsus para o desenvolvimento de empresas sociobioeconômicas gerou impactos mensuráveis nas dimensões ambientais, sociais e econômicas.

Ambiental

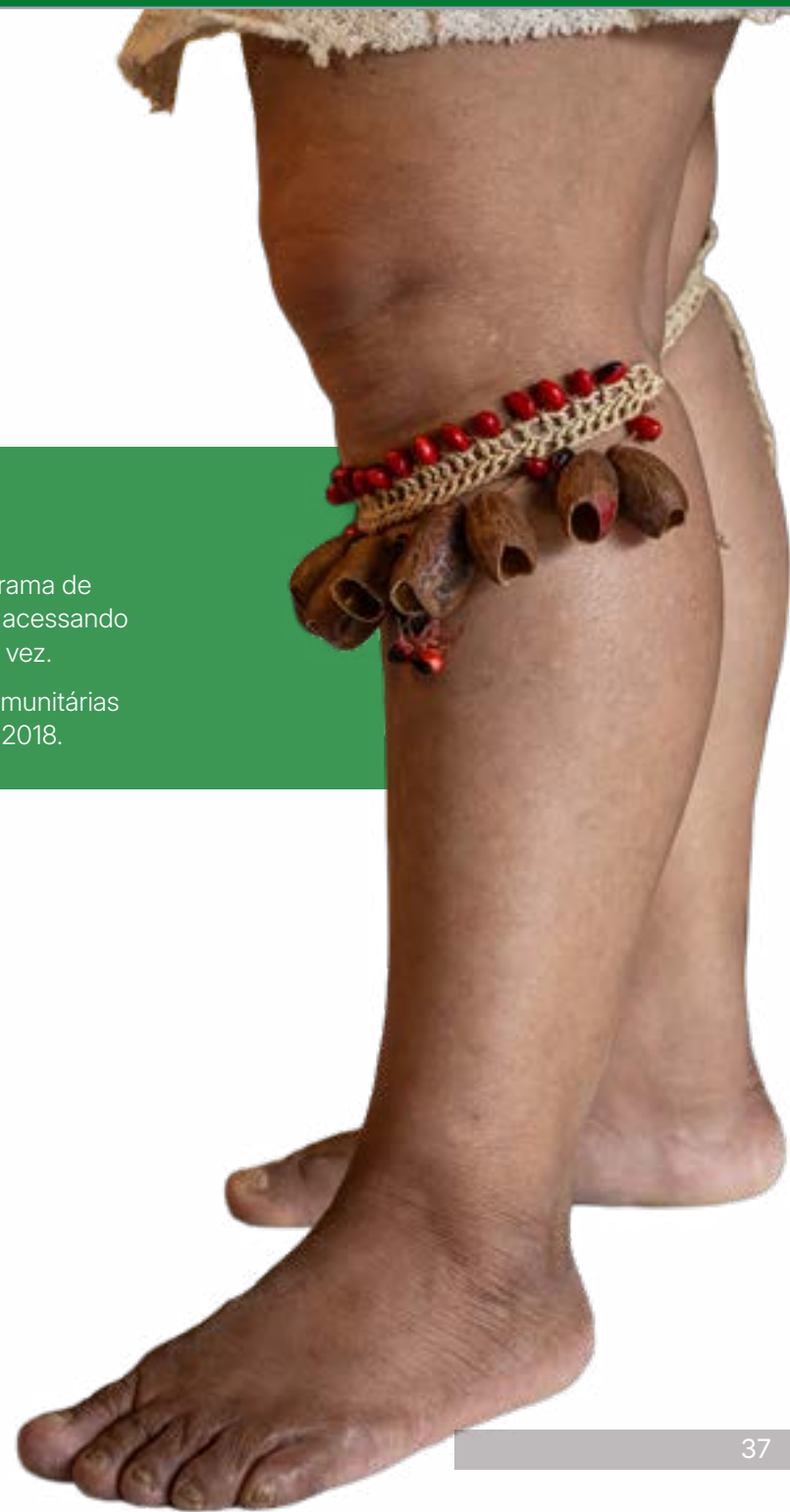
- 33,6 milhões de hectares sob gestão por meio de cooperativas e associações apoiadas.
- Salvaguardas ambientais que vinculam a viabilidade dos negócios aos resultados de conservação.
- A criação de meios de subsistência alternativos reduz a pressão sobre as economias impulsionadas pelo desmatamento.

Social

- 11.000 famílias envolvidas por meio de 107 cooperativas e associações apoiadas em 2024.
- Equipes locais construindo relações de confiança e de apoio culturalmente adequados.

Econômico

- 99% das famílias no programa de ativação de crédito estão acessando crédito rural pela primeira vez.
- Mais de 210 empresas comunitárias apoiadas no Brasil desde 2018.



Autores e principais colaboradores

Autores da TNC

- Lisa Ferguson
- Gabriela Jaramillo
- Natália Leite
- Sarah Gammage
- Ro'otsitsina Juruna
- Linett Leon

Colaboradores da TNC

- Marina Aragão
- Carolina Carrillo
- Gabriela Celi
- Mónica Chávez
- Ximena Checa Rivas
- Adriana Correa
- Luis Dávalos
- Daniela Lizano
- Rafael Mendoza
- Juan Carlos Parra
- Aline Perez
- Carolina Polaina
- Alfredo Salinas
- Juliana Simões
- Helcio Souza
- Fabián Tamayo
- Teresa Veloz
- Isai Vitorino

Colaboradores do BID

- Daniel Hincapie
- Tatiana Schor
- Vanessa Licht Tellez
- Johanna Hansmann

Colaboradores do BID Invest

- Gabriel Azevedo
- Jaime Garcia Alba
- Leonardo Mazzei
- Mauro Mora Núñez
- Milena Correia Cafruni
- Paula Valencia
- Thomaz Pacheco

As imagens são ilustrativas e podem não representar os indivíduos ou comunidades específicos mencionados em cada estudo de caso.